

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Turma B (2026/2027)

Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves

Mestre Dinis Braz Teixeira, Mestre Dina Freitas Teixeira e Dr. José Maria Cortes

PROGRAMA (I Semestre)

CAPÍTULO I – PROLEGÓMENOS DO DIREITO E DA JUSTIÇA

§ 1.º A relação entre o Direito e a Justiça

1. Uma primeira aproximação à noção de direito
2. Noção de justiça
3. A justiça como ato (*de tribuere*)
4. A determinação do *jus suum*
5. Modalidades clássicas da justiça; o *jus* e o jurídico

§ 2.º O justo e o jurista

6. A justiça, o justo e a norma
7. A primazia do *casus* e a natureza histórico-cultural do Direito
8. O jurista e a arte de resolver casos concretos
9. O método do jurista
10. O lugar da pré-compreensão e da cultura jurídica

§ 3.º Direito e sistema

11. Sistema interno, sistema externo e mobilidade sistemática
12. O lugar da equidade no sistema (ou fora dele?)

CAPÍTULO II – CONCEITOS OPERATIVOS BÁSICOS

§ 4.º Factos, efeitos e situações jurídicas

13. A centralidade da situação jurídica; sequência expositiva
14. Os factos jurídicos
15. Cont.: atos jurídicos, ilicitude e culpa
16. Efeitos jurídicos: modalidades de eficácia
17. Classificação de situações jurídicas
18. A posição jurídica

§ 5.º Liberdades gerais, vinculações e direito subjetivo

19. Liberdades de atuação
20. Vinculações genéricas: *alterum non ledere*
21. Direito em sentido subjetivo *vs.* Direito em sentido objetivo
22. Noção e modalidades de direito subjetivo

§ 6.º *Summæ divisiones*

- 23. Direito privado *vs.* Direito público
- 24. Direito substantivo *vs.* Direito adjetivo
- 25. Direito privado Comum (Direito civil)
- 26. Direitos privados especiais
- 27. Ramos do Direito público

CAPÍTULO III – OS LUGARES DO JUSTO

§ 7.º Fontes do Direito

- 28. Noção de fontes do Direito
- 29. Uma conceção *provisória* de Fontes do Direito
- 30. O costume
- 31. A lei
- 32. A jurisprudência
- 33. A doutrina (remissão)

§ 8.º O Direito da União Europeia

- 34. O Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa
- 35. A interpretação conforme ao Direito da União Europeia

CAPÍTULO IV – EM BUSCA DO CRITÉRIO DE DECISÃO

§ 9.º O alcance do labor interpretativo

- 36. Relação entre *significante* e *significado*; necessidade de interpretação
- 37. Regras legais sobre a interpretação: vinculatividade
- 38. Princípios hermenêuticos dos atos normativos
- 39. Objetivismo *vs.* subjetivismo; historicismo *vs.* atualismo
- 40. Cont.: superação

§ 10.º Elementos da interpretação

- 41. Elemento gramatical: natureza e alcance do sentido provisório
- 42. Cont.: as várias letras da letra
- 43. O constante regresso: a letra como limite
- 44. Elemento histórico
- 45. Elemento sistemático
- 46. Elemento teleológico e sinéptica
- 47. Sinopse interpretativa: a *ratio legis*

§ 11.º A interpretação do Direito Europeu

- 48. A relevância da jurisprudência
- 49. Alguns desafios específicos

§ 12.º Resultados interpretativos

- 50. Coincidência entre a *ratio legis* e a amplitude semântica da letra
- 51. A montante ou a jusante da amplitude semântica da letra

- 52. O *modus regulandi* da fonte
- 53. Redução e extensão teleológicas?
- 54. Interpretação ab-rogante
- 55. Interpretação enunciativa
- 56. Cont.: e a ponderação de (outros) argumentos lógico-jurídicos
- 57. Interpretação autêntica: remissão

§ 13.º Integração de lacunas

- 58. Noção de lacuna; a incompletude no sistema
- 59. A analogia como (único) meio de deteção e integração de lacunas
- 60. Analogia *legis* vs. analogia *juris*
- 61. A impossibilidade de aplicação analógica do *jus singulare*
- 62. Modalidades de lacunas
- 63. Sinopse

§ 14.º A regra jurídica

- 64. Regra vs. norma
- 65. Estrutura da regra
- 66. Generalidade, hipoteticidade e abstração

§ 15.º Principais classificações da regra jurídica

- 67. Quanto à completude
- 68. Quanto à sua relação com o processo interpretativo
- 69. Quanto à natureza da conduta
- 70. Quanto à sua disponibilidade
- 71. Quanto à relação com outras regras

CAPÍTULO V – A APLICABILIDADE TEMPORAL DO CRITÉRIO DE DECISÃO

§ 16.º A vigência da lei

- 72. A publicação da lei e a sua ignorância
- 73. Modificações à lei publicada
 - a) Declarações de retificação
 - b) Alterações e republicação
 - c) Leis consolidantes
- 74. Entrada em vigor

§ 17.º Vicissitudes extintivas da vigência da lei

- 75. Costume *contra legem*
- 76. Caducidade
- 77. Revogação
 - a) *Lex posterior generalis non derogat priori speciali*
 - b) Princípio da não repristinação
- 78. Modalidades de revogação
 - a) Em razão do modo
 - b) Em razão do conteúdo
 - c) Em razão do diploma

§ 18.º Outras vicissitudes da vigência da lei

- 79. Suspensão da vigência
- 80. Impedimentos à vigência
- 81. Invalidade da lei; a declaração de inconstitucionalidade ou ilegalidade com força obrigatória geral

§ 19.º A linha cronológica da realidade

- 82. O problema e as coordenadas gerais de solução
 - a) Princípio da aplicação imediata da lei nova
 - b) Princípio da não-retroatividade
- 83. Direito transitório
- 84. A aplicação imediata da lei nova a factos
- 85. A aplicação imediata da lei nova a efeitos de factos
- 86. A aplicação imediata da lei nova a situações jurídicas
 - a) Não abstraindo dos factos
 - b) Abstraindo dos factos
- 87. A retroatividade da lei
 - a) 1.º grau – retroatividade ordinária
 - b) 2.º grau – retroatividade agravada
 - c) 3.º grau – retroatividade extrema
 - d) Limites à retroatividade
 - e) A retroatividade da lei interpretativa
- 88. A retroconexão

Manuais de referência:

- A. SANTOS JUSTO, *Introdução ao Estudo do Direito*, 15.ª ed., 2026
- ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, I, 4.ª ed., 2012
- FERNANDO JOSÉ BRONZE, *Lições de Introdução ao Direito*, 3.ª ed., 2019
- JOÃO BAPTISTA MACHADO, *Introdução ao Direito e ao discurso legitimador*, 1987
- JOÃO DE CASTRO MENDES, *Introdução ao Estudo do Direito*, 3.ª ed., 2010 (revista por Miguel Teixeira de Sousa com a colaboração de Diogo Costa Gonçalves)
- JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito – Introdução e Teoria Geral*, 13.ª ed., 2005
- MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Estudo do Direito*, 2013
- PAULO OTERO, *Lições de Introdução ao Estudo do Direito*, I, 1.º Tomo, 1998 e 2.º Tomo, 1999
- PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Introdução ao Estudo do Direito*, 2.ª ed., 2024

Leituras recomendadas:

- AA.VV., *O pensamento jurídico de Menezes Cordeiro*, 2023
- CLAUS-WILHELM CANARIS, *Pensamento sistemático e conceito de sistema na Ciência do Direito*, 3.ª ed., 2002

DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*, I, 2004 e II, 2024

FRANZ WIEACKER, *História do Direito Privado moderno*, 5.^a ed., 2015

HERBERT L.A. HART, *O conceito de Direito*, 3.^a ed., 2001

JOSÉ LAMEGO, *Elementos de Metodologia Jurídica*, 2016

KARL ENGISCH, *Introdução ao Pensamento Jurídico*, 9.^a ed., 2004

KARL LARENZ, *Metodologia da Ciência do Direito*, 3.^a ed., 1997

MARCELO REBELO DE SOUSA/SOFIA GALVÃO, *Introdução ao Estudo do Direito*, 5.^a ed., 2000

MARIA LUÍSA DUARTE, *Introdução ao Estudo do Direito – Sumários desenvolvidos*, 2003

MÁRIO BIGOTTE CHORÃO, *Introdução ao Direito*, I (O conceito de Direito), 1998

MÁRIO REIS MARQUES, *Introdução ao Estudo do Direito*, 2.^a ed., 1994

MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO, *Introdução ao Estudo do Direito*, 3.^a ed., 2024

NUNO SÁ GOMES, *Introdução ao Estudo do Direito*, 2001

PEDRO EIRÓ, *Noções elementares de Direito*, 3.^a ed., 2002

PEDRO MONIZ LOPES, *Estudos de Teoria do Direito*, I, 2018

SANDRA LOPES LUÍS, *Introdução ao Estudo do Direito*, 4.^a ed., 2020